



MINISTÉRIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

BOLETIM INFORMATIVO

INFORMAÇÃO AO SERVIÇO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

MAIO DE 2023 - EDIÇÃO 102 - WWW.MEF.GOV.MZ

EM FOCO

À ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA GOVERNO PROPÕE ALTERAÇÃO DA LEI 5/2022 (TSU)

PAG.3

DESTAQUE

Em Sharm El Sheikh
Moçambique nas Reuniões
Anuais do BAD

PAG.4





REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

MINISTERIO DA ECONOMIA E FINANÇAS

CARTA DE SERVIÇOS

Natureza

Órgão Central do Aparelho do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos e tarefas definidos pelo Governo, orienta a formulação de políticas de desenvolvimento económico e social, coordena o processo de planificação e superintende a gestão das finanças públicas.

Missão

Conceber, formular, executar e avaliar as políticas de desenvolvimento económico e social sustentável e inclusivo, assegurando a mobilização e alocação criteriosa, bem como o controlo da utilização eficiente, eficaz e transparente dos recursos públicos.

Visão

Impulsionar o desenvolvimento sócio-económico do País através da prestação de serviços de excelência na gestão de políticas económicas e sociais integradas e de prestação de contas, em prol do progresso e bem-estar do povo moçambicano.

Valores

Meritocracia, Eficiência e Focalização.

Serviços Essenciais

- Elaborar a proposta do Programa Quinquenal do Governo, do Cenário Fiscal de Médio Prazo, do Plano Económico e Social do Orçamento do Estado e a Conta Geral do Estado;
- Orientar a fixação da previsão plurianual das receitas e do financiamento do Orçamento do Estado e comunicar os limites da despesa anual dos Órgãos e instituições do Estado;
- Implementar políticas Tributárias, Aduaneiras, Orçamental, de Seguro se de Previdência Social dos Funcionários Agentes do Estado e dos Combatentes;
- Elaborar Normas e Instruções sobre a Execução do Orçamento do Estado;
- Elaborar Relatórios do Balanço do Plano Económico e Social e de Execução do Orçamento do Estado;
- Celebrar, em representação do Estado, acordos de contratação de Dívida Pública Interna e Externa e zelar pela sua implementação;
- Coordenar a avaliação da execução das políticas macro-económicas e sectoriais.



À Assembleia da República

Governo Propõe Alteração da Lei 5/2022 (TSU)



O Governo, representado pelo Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, apresentou no dia 30 de Maio na Assembleia da República (AR), a Proposta de Revisão da Lei nº5/2022 de 14 de Fevereiro, norma que define as regras e os critérios para a fixação da remuneração dos servidores públicos, dos titulares e membros dos órgãos de soberania, dos titulares e membros de órgãos públicos, e institui a Tabela Salarial Única (TSU).

Intervindo na ocasião, Tonela disse que a Lei foi alterada em Outubro de 2022, para resolver questões associadas aos processos de enquadramento identificadas pelas comissões multisectoriais de acompanhamento estabelecidas.

Foi no âmbito do roteiro de implementação e monitoria desta complexa reforma estrutural que o Governo tomou medidas para conter a evolução da massa salarial, em Janeiro último, revendo os quantitativos da Tabela Salarial Única e ajustando os suplementos por via de competências atribuídas por Lei ao Conselho de Ministros, afirmou.

Para o Ministro que dirige a pasta da Economia e Finanças “é chegado o momento de abranger matérias que lidam exclusivamente com as remunerações dos titulares e membros de cargos públicos, fixadas na Lei, cuja aprovação é da competência da AR”.

A alteração consistiu fundamentalmente na revisão em baixa das remunerações e dos subsídios de representação

dos titulares e membros de órgãos de soberania e dos órgãos públicos, visando contribuir para a redução do fosso salarial entre o topo e a base, assegurando deste modo, o reforço da justiça salarial na Administração Pública e a melhoria da sustentabilidade da folha salarial.

Tonela informou igualmente que o roteiro de monitoria desenhado pelo Governo inclui também uma auditoria completa do processo de enquadramento que está em curso, para a verificação da conformidade dos dados de enquadramento de cada funcionário. O procedimento está em linha com os objectivos da melhoria da gestão das finanças públicas e tem em vista o aumento do envelope de recursos para financiar os sectores sociais vitais e impulsionar a economia.

De recordar que o Governo vai manter, como anunciado, inalterada a TSU aplicável aos demais funcionários e servidores públicos civis, tal como aprovado pelo Conselho de Ministros no passado mês de Janeiro.

O instrumento proposto pelo Governo prevê a revisão em baixa das remunerações e dos subsídios dos titulares e membros de órgãos de soberania e dos órgãos públicos e o mesmo foi aprovado por consenso pela AR.



Em Sharm El Sheikh

Moçambique nas Reuniões Anuais do BAD



Por seu turno, na sua intervenção no Painel sobre a transição energética, Amílcar Tivane, instou o BAD a contínuo apoio ao Continente diante dos parceiros externos, tendo mencionado que Moçambique está a trabalhar na diversificação da sua Matriz Energética no sentido de atrair mais investimentos na área das energias renováveis. O BAD pode contribuir substancialmente na provisão de financiamento e conhecimento especializado, anotou.

Tivane defende uma intervenção mais forte do sector privado por ter um papel importante no desenvolvimento na área de energias para o crescimento económico local, regional e continental.

Os diversos eventos realizados no decurso das reuniões anuais enfatizaram que, para se alcançar um crescimento sustentável na África, é necessário adoptar-se uma abordagem integrada que garanta que o crescimento seja alcançado por meio de uma governação efectiva, transparente, credível e práticas empresariais responsáveis. Deve ser uma abordagem que promova a paz, estabilidade política e o engajamento de múltiplos interessados.

Das experiências e pontos de vista partilhados pelos painelistas, tornou-se evidente que diante da nova configuração geopolítica e económica dominada pelo surgimento de novos polos de desenvolvimento económico e novos desafios no contexto das agendas globais de desenvolvimento, há necessidade de reestruturar as fontes alternativas de financiamento para fazer face aos desafios decorrentes das mudanças climáticas para garantir o cumprimento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Uma delegação moçambicana, chefiada pelo Vice-Ministro da Economia e Finanças, Amílcar Tivane, na qualidade de Governador Temporário, integrando a Administradora do Banco de Moçambique, Silvina de Abreu, na qualidade de Governadora Suplente Temporária, e outros quadros do MEF e do Banco de Moçambique, participou, de 21 a 26 de Maio do ano em curso, nas Reuniões Anuais do Grupo Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), na cidade de Sharm El Sheikh, República Árabe do Egito, sob o tema Mobilizando o financiamento do Sector Privado em África para o Clima e Crescimento Verde.

O evento tinha dentre outros objectivos analisar as deliberações de matérias estratégicas de gestão da instituição e de desenvolvimento económico e social de África, como também permitiu que os Governadores do BAD partilhassem experiências sobre a mobilização de financiamento do sector privado nacional e internacional e o

aproveitamento do capital natural dos Países Membros Regionais (RMC's) para preencher a lacuna de financiamento climático e promover transições de crescimento verde na África.

O Presidente do BAD, Akinwumi Adesina, referiu, na sua intervenção, que a falta de financiamento adequado para enfrentar os impactos das mudanças e adaptação climáticas em África pressiona o continente, tendo responsabilizado as nações desenvolvidas por não honrarem com a promessa de financiamento climático no montante de USD 100 bilhões por ano.

Afirmou igualmente, que o BAD e o Centro Global de Adaptação Climática lançaram o Programa de Aceleração da Adaptação Africana (AAP) para mobilizar USD 25 bilhões para apoiar a adaptação da África às mudanças climáticas. De acordo com estimativas do Banco, a África precisará de USD 2,7 trilhões até 2030 para financiar suas necessidades face aos impactos das mudanças climáticas, concluiu.



Na sessão de perguntas ao Governo

MEF fala de medidas de Gestão das Finanças Públicas



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, participou, no dia 10 de Maio de 2023, na sessão de perguntas ao Governo para esclarecer as questões em torno das medidas de política do Governo, visando o desenvolvimento do país e a melhoria da gestão de finanças públicas.

Na ocasião, o pelouro das Finanças respondeu questões relativas à auditoria das contas do Banco Central, sobre a Dívida Pública, reembolso do IVA e custos de água, energia e transportes públicos.

Sobre Auditoria as contas do BM, Tonela disse que é uma instituição

robusta e com competência de supervisionar as instituições financeiras, obedecendo o plasmado na Lei Orgânica e nas demais legislações em vigor no país, e que o seu cumprimento requer uma postura rigorosa com vista a assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional e a protecção das poupanças dos cidadãos junto das instituições financeiras que operam em Moçambique.

Quanto à dívida pública, reconheceu que o Orçamento do Estado é deficitário, por isso leva o Governo a recorrer ao crédito interno e externo, para além de outros recursos mobilizados a título de empréstimos não

reembolsáveis para promover programas de desenvolvimento sócio económico do país.

Relativamente ao IVA, o governante falou da revisão em curso do quadro regulatório para melhorar o mecanismo de reembolso, onde nos últimos anos foram tramitados 10,528 processos correspondentes a 164,8 mil milhões de MT dos quais 8,120 processos foram efectivamente pagos, correspondente a 96,9 mil milhões de MT (cerca de 60%) e que ainda permanece uma dívida potencial de 39 mil milhões de MT, cerca de 40% com as Pequenas e Médias Empresas.



Resposta aos Eventos Climáticos

AR ratifica acordo que estabelece a Agência de Capacidade Africana de Risco



O Ministro da Economia e Finanças, Max Tonela, apresentou, na terça-feira, 17 de Maio, na Assembleia da República (AR), a Proposta de Resolução que ratifica o Acordo que estabelece a Agência de Capacidade Africana de Risco (ARC).

Na sua intervenção, Tonela disse que Moçambique é um País que pouco contribui para as causas, mas está entre regiões mais expostas aos efeitos das mudanças climáticas e que o aumento da frequência e da intensidade dos ciclones e cheias que se abatem sobre o País são uma clara evidência dessa situação. “É uma situação que vem causando perda de vidas

e resulta em enormes danos em infraestruturas públicas e privadas, com implicações sobre o bem-estar social e para o crescimento económico do País”, afirmou.

Para o titular das finanças, o Governo tem vindo a realizar uma série de reformas com o objectivo de reforçar a capacidade do País para lidar com esta realidade, colocando a prevenção e a gestão do risco de desastre como prioridade política.

Para apoiar a redução do impacto do risco dos eventos extremos, os Chefes de Estado e de Governo da União Africana adoptaram como prioridade, em Outubro de

2012, o desenvolvimento de um mecanismo para a gestão do risco soberano, aprovando o Acordo do Estabelecimento da ARC e a Agência de Seguros da União Africana que vem apoiar os Estados membros a melhorarem a sua capacidade de planificação, preparação e resposta aos eventos climáticos e de calamidades naturais.

É nestes termos, e dada a vulnerabilidade do País a eventos climáticos extremos que a Assembleia da República apreciou e aprovou a Resolução que ratifica o Acordo do Estabelecimento da Agência de Capacidade Africana de Risco, celebrado em Pretória, África de Sul.



No Fórum Económico e Financeiro

Carla Louveira Fala do Estágio da Economia Moçambicana



A Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, participou, em Maputo, no Fórum Económico e Financeiro que, dentre outros objectivos, reflectiu sobre as perspectivas de investimento e financiamento à economia do País.

O Fórum constitui uma plataforma institucional criada

com o objectivo de debater ao mais alto nível temas com enfoque na revitalização da economia, finanças, inclusão financeira e investimento privado.

Discursando na sessão de abertura, Louveira, sublinhou ser um facto inegável que nos últimos 5 anos a economia moçambicana esteve propensa a choques internos

e externos relacionados com a maior intensidade e frequência dos desastres naturais, efeitos adversos da COVID-19, terrorismo em Cabo Delgado e mais recentemente o conflito entre a Rússia e Ucrânia.

Como é do conhecimento de todos, Moçambique é um dos países mais afectados pelos desastres naturais o que, de acordo com estimativas



mais recentes, gerou perdas estimadas em 1,3% do PIB, nos últimos 20 anos; relativamente à COVID-19, só em 2020, a economia moçambicana perdeu um total de 3,6% de crescimento, e o emprego total diminuiu 1,9% em comparação com um cenário sem COVID-19; igualmente, a porção principal desta perda é impulsionada por via externa, decorrendo da redução da procura de produtos moçambicanos pelo resto do mundo. Os sectores económicos mais afectados foram os do comércio, alojamento e mineração, frisou a dirigente.

A Vice-ministra disse, igualmente, que a insurgência na província nortenha de Cabo Delgado tem estado a aumentar as pressões fiscais,

retardando o curso normal dos projectos de Gás Natural Liquefeito. Por seu turno, o conflito entre a Rússia e Ucrânia contribuiu de forma negativa para o aumento galopante dos preços globais de alimentos e combustíveis, criando pressões inflacionais nas mais diversas economias do mundo incluindo Moçambique, disse a dirigente acrescentando que a nível mundial o ano de 2021 foi marcado pela recuperação económica face aos impactos da pandemia da Covid 19, com crescimento assinalável em vários países.

Na óptica de Carla Louveira, na economia moçambicana o cenário não foi diferente, tendo apresentado um desempenho positivo, marcado por um crescimento

do PIB real em 2,3%. Este crescimento económico resultou de uma boa gestão das medidas de prevenção e mitigação dos efeitos da pandemia da Covid 19, o que permitiu reverter o quadro de recessão económica assistido em 2020. Esta reversão continuou em 2022 onde registamos uma taxa de crescimento do PIB real de 4.1% reflectindo a dinâmica da retoma da actividade económica ao nível do País situando-se acima da média da região da SADC (3.8%).

Participaram no evento, representantes dos Bancos Comerciais, Empresas Públicas e Privadas, Embaixadas, Organismos Internacionais, Instituições Multilaterais de apoio ao Desenvolvimento, entre outras entidades.





Em Cabo Delgado

Carla Louveira inteira-se do Projecto de Recuperação da Crise do Norte



A Vice-Ministra da Economia e Finanças, Carla Louveira, efectuou uma visita de trabalho à Província de Cabo Delgado, no âmbito da monitoria da implementação do Projecto de Recuperação da Crise do Norte (NCRP), que financia acções do Plano de Reconstrução de Cabo Delgado (PRCD).

A visita coincidiu com a realização de uma missão do Banco Mundial (BM) de supervisão do projecto NCRP que se juntou à delegação da Ministra numa reunião de cortesia com os colaboradores daquela entidade e representantes do BM para se inteirar do ponto de situação da implementação do projecto NCRP na perspectiva de acelerar a implementação das acções constantes da lista verde aprovadas pelo Steering Committee em

Fevereiro passado e a necessidade de se reforçar os mecanismos de comunicação e prestação de contas.

Louveira visitou alguns locais onde estão a ser implementadas as acções do NCRP Norte, no Distrito de Palma, antecedido por um encontro de cortesia com o Secretário de Estado da Província, António Supeia, e com o Administrador do Distrito de Palma, João Buchili, e com os representantes dos parceiros de cooperação que actuam na província de Cabo Delgado, tendo em vista a necessidade de melhorar os mecanismos de comunicação e a partilha de informação das intervenções dos parceiros a nível da província.

Na ocasião, a dirigente falou da necessidade de celeridade na implementação das acções do PRCD com destaque para a conclusão

dos processos de procurement para as intervenções imediatas de reabilitação de infraestruturas públicas para o restabelecimento do funcionamento dos serviços públicos e residências para acomodar as autoridades administrativas locais e funcionários no contexto do financiamento alocado pelo Governo Central (Orçamento do Estado) no montante de 461 milhões de MT.

É preciso imprimir maior celeridade também na reabilitação das infraestruturas para o funcionamento da Administração Pública, nos distritos do norte da província, disse a Vice Ministra, tendo recomendado o uso das prerrogativas legais previstas no Decreto no. 79/2022, de 30 de Dezembro.

Recomendou, igualmente, a necessidade de se apresentar um



Por seu turno, o Secretário do Estado partilhou também a informação relativa aos compromissos assumidos pela Total Energies no que se refere ao arrendamento de instalações para o funcionamento de serviços públicos e residências para funcionários, bem como a reabilitação de algumas infraestruturas públicas.

O BM, partilhou ainda os objectivos da realização da missão de supervisão e monitoria do projecto NCRP, tendo em conta a sua complexidade e a necessidade de se evitar sobreposição das intervenções a nível da província, realçando que esta interação vai permitir a partilha de informação e reforço da coordenação do projecto.

Por seu turno, o representante da União Europeia na missão de supervisão, reafirmou que vai permitir a partilha de informação e o reforço dos mecanismos de coordenação. O representante da USAID por sua vez, saudou a iniciativa do Governo de se preocupar com a recuperação daquela província.

cronograma de implementação realístico com a indicação de prazos para o início e conclusão das obras, tendo partilhado alguns desafios, particularmente na coordenação da implementação do PRCD, bem como na monitoria do financiamento do BM e PNUD.

Louveira falou, igualmente, de alguns desafios no concernente à reabilitação das infraestruturas arroladas, com destaque para a discrepância existente em caso de danos aquando do levantamento inicial das necessidades de intervenção e a situação actual dos danos apurados pelas equipas, que se mostram mais gravosas em virtude

de estarem a registar degradação acentuada ao longo do tempo e por situações de vandalismo (retirada de aro de janelas e de portas) o que poderá encarecer ainda mais os custos de reabilitação.

Outro desafio apresentado está associado ao cumprimento dos condicionalismos de salvaguardas ambientais previstas nos procedimentos do BM na reabilitação das infraestruturas públicas, impondo assim a necessidade de assistência técnica à província nesta matéria. Também deve-se incorporar os custos associados de salvaguardas no próximo exercício económico.





MEF dirige Fórum de Planificação dos Secretários Permanentes



Para o PESOE 2024 foram implementadas algumas reformas no âmbito da Lei 14/2020 de 23 de Dezembro, no contexto da implementação do subsistema de Planificação e Orçamentação, concretamente na operacionalização da planificação e orçamentação por programas, em que, os limites de investimento atribuídos às Unidades Intermédias-UI (Sectores) pela DNPO, são primeiramente alocados por programas, por subprogramas e pelas Unidades Gestoras Beneficiárias-UGBs, respectivas, frisou o dirigente.

Para o SP o fórum é uma oportunidade para em conjunto discutirmos os temas propostos e identificarmos as melhores alternativas de materializar a Lei do SISTAFE, que tem em vista a melhoria da gestão das finanças públicas em linha com a melhoria do bem-estar da população, concluiu.

O Secretário Permanente (SP) do Ministério da Economia e Finanças, Domingos Lambo, orientou em Maputo, o “Fórum de Planificação dos Secretários Permanentes”.

O Fórum decorre no contexto do Ciclo de Planificação para a elaboração do Plano Económico Social e Orçamento do Estado (PESOE) para 2024. O encontro foi antecedido pela Reunião Nacional de Planificação que decorreu na província de Maputo nos dias 16 e 17 de Maio do ano corrente, no qual participaram Directores de Planificação de nível central e provincial.

Na abertura da reunião, Lambo afirmou que o PESOE 2024, marca o fim de um ciclo governativo, fazendo de 2024, um ano desafiante, não apenas

pela avaliação do grau de implementação do PQG 2020-2024 a ser realizado, mas também por ser um ano de preparação do Programa Quinquenal do Governo para o período 2025-2029 que se espera, que esteja alinhado com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento.





Em Mulotane

MEF Harmoniza Processos de Planificação



Domingos Lambo frisou ainda a necessidade de não perder de vista os desafios da descentralização constantes no processo de planificação para 2024, a sustentabilidade dos planos, o aprofundamento das regras de gestão de finanças públicas por forma a que os nossos instrumentos respondam às aspirações das nossas comunidades e do País, sempre focados na sustentabilidade orçamental.

Por seu turno, o Director Nacional de Planificação e Orçamento, Khopre Munapeia, fez referência aos desafios da reforma que incluem entre outros a limitação de recursos que o País enfrenta, não podendo desta forma financiar o processo de gestão de mudanças, que entendemos ser crucial para o alcance dos objectivos pretendidos, disse.

Foram, igualmente, discutidos nesta reunião temas relativos à filosofia do SPO/Orçamentação Por Programas, Proposta de Guião de Orientações Metodológicas 2024, Módulo de Património do Estado, Desafios do e-SISTAFE, Decreto de Delegação de Competências, entre outros.

Directores Nacionais das Unidades Orgânicas do MEF, dos Serviços Provinciais da Economia e Finanças, do Plano e Finanças, e dos diferentes Sectores, bem como Técnicos de Planificação estiveram reunidos, nos dias 16 e 17 de Maio, em Mulotane, na Província de Maputo, para a harmonização das Orientações Metodológicas de Elaboração dos Instrumentos de Planificação com destaque para o Plano Económico Social e Orçamento do Estado para 2024, assegurando uma abordagem comum, no âmbito do Subsistema de Planificação e Orçamentação.

O evento foi dirigido pelo Secretário Permanente, Domingos Lambo, tendo lembrado o facto de o PQG 2020-2024 estar a caminhar a passos largos para o fim da sua implementação, o que pressupõe desafios para a sua

aceleração rumo à materialização do seu desiderato, exigindo a todos os participantes entrega total na planificação para 2024, por forma a assegurar a maximização dos resultados.





MEF Partilha Experiência de Integração dos ODS no PESOE 2023



Governança Financeira, onde os participantes reconheceram o grande avanço que terá de ser mantido e aprimorado nos seguintes PESOEs.

Neste evento, os participantes reflectiram sobre a necessidade de replicar esta experiência para os municípios, de forma que os ODS possam ser quantificados e incluídos nos relatórios, bem como os contributos do sector privado no contexto da Agenda 2030.

Participaram no evento, a Directora Nacional Adjunta de Planificação e Orçamento, Cristina Matusse, o Chefe de Departamento de Planificação e Política Orçamental, Augusto da Silva Zopene, a Ponto Focal Nacional da Agenda 2030, Evenilde Tamele, quadro da Monitoria e Avaliação, Manuel Gota, quadro do CEDSIF, Odeisse Daniel, quadros da Planificação e Orçamento Arlete Boa e Anselmo Félix.

MEF participa no 1º Fórum do Programa Boa Governança Financeira da GIZ - Cooperação Alemã, sobre o lema “Gerindo mudanças e inovações na governação multinível”, evento que teve lugar, no dia 30 de Março de 2023, na Cidade de Maputo.

O MEF está no evento como coordenador da implementação da Agenda 2030, tendo reiterado o compromisso do Governo em implementar na plenitude os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), não perdendo de vista o princípio de “Não deixar ninguém para trás”.

Um dos desafios identificados no primeiro Relatório Nacional Voluntário da Agenda 2030 (RNV-2020) foi a necessidade de codificar os ODS no Orçamento do Estado, de forma a facilitar o acompanhamento e a monitoria da despesa pública para a implementação da Agenda 2030.

Com o PESOE 2023 conseguiu-se ultrapassar este desafio. Pela primeira vez, apresenta-se as alocações de recursos para cada um dos 17 ODS. O montante de 400.932,5 milhões de meticais está alocado para a implementação da Agenda 2030 no ano 2023 e corresponde a 84,9% da despesa total.

Este resultado foi partilhado neste 1º Fórum do Programa Boa





Sobre IGF

Moçambique e Cabo Verde consolidam relações institucionais



Inspeções-Gerais de Finanças e da Administração Pública da Comunidade dos Países de língua oficial portuguesa.

A Delegação da Inspeção-Geral de Finanças de Cabo Verde estava representada pelo Inspector-Geral e por três(3) Inspectores.

A Visita tinha como objectivo o fortalecimento e consolidação das relações institucionais entre ambas e a troca de experiências em matéria de auditoria interna nas seguintes áreas: tributária e aduaneira, Órgãos do Estado, autarquias, sector empresarial do Estado, infraestrutura tecnológica, sistema de gestão de recomendações, planificação das auditorias, bem como o Sistema de Administração Financeira do Estado.

Por sua vez, a delegação da Inspeção-Geral de Finanças foi recebida, em reunião, onde fizeram parte o Inspector-Geral de Finanças de Moçambique, que a presidiu, Directores de Serviços, Chefes de Departamento, alguns auditores, um representante do PNUD e uma representante do CEDSIF. Os temas da reunião foram apresentados pelos auditores da IGF de Moçambique e pela representante do CEDSIF.

Teve lugar, no passado mês de Abril, na Cidade de Maputo, a visita da Delegação da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) de Cabo Verde

a sua congéregada de Moçambique. As duas instituições fazem parte dos Organismos Estratégicos de Controlo Interno (OEI-CPLP), cujos membros são as



Na ocasião, o Inspector-Geral de Finanças, Emanuel Mabumo, manifestou satisfação pelo facto da sua congénere ter tido a iniciativa de visitar a IGF de Moçambique para interacção e troca de conhecimentos em torno da actividade de auditoria que é de extrema

importância no contexto das Finanças Públicas e com reflexo para a melhoria de actuação da Administração Pública e da vida das populações no geral.

Na sua intervenção, o Inspector-Geral de Finanças de Cabo Verde, Domingos Lopes, sublinhou

a preponderância da troca de experiências no ramo da Inspeção-Geral de Finanças, trazendo ao conhecimento dos presentes um breve historial daquele País no ramo, falando do funcionamento da IGF durante os 34 anos da sua existência.





Através do Projecto TEDI

MEF de olho na reestruturação do IVA e do IRPC



Decorreu, na Cidade de Maputo, no edifício do Ministério da Economia e Finanças (MEF), uma reunião técnica sobre o diagnóstico do sistema tributário do TEDI entre o MEF, Autoridade Tributária (AT) e o Sector Privado.

O encontro liderado pela Directora Nacional de Políticas Económicas e Desenvolvimento, Enilde Sarmento, centrou-se na análise do IVA e do IRPC. O encontro contou com a participação da equipa de consultores e especialistas de lei fiscal e de economia que apresentaram as suas análises sobre como estes dois impostos

funcionam em Moçambique. Foram analisadas questões tais como isenções fiscais, a estrutura do IVA e do IRPC, a sua eficiência, e contribuição para as receitas do Estado.

OTEDI é um Projecto de Tributação eficiente para o desenvolvimento inclusivo com a duração de 5 anos e é financiado pelo Reino Unido e pela Suécia, apoiando o MEF e Autoridade Tributária no âmbito da reforma do sistema tributário, tanto no domínio da política tributária como da administração tributária.

A equipa de consultores irá igualmente ouvir a opinião

do Sector Privado que posteriormente irá redigir um diagnóstico final sobre estes dois impostos, com recomendações específicas.

O trabalho prosseguirá para a análise dos restantes impostos de modo a elaborar-se um diagnóstico holístico do sistema tributário com o objectivo de apoiar o Governo de Moçambique a assegurar que as reformas a médio prazo decorram de forma coordenada, integrada e baseada em evidência, tomando em conta os objectivos múltiplos de maximização de receitas, apoio ao Sector Privado e protecção dos mais vulneráveis.



Capacitação sobre a Conta Gerência nos SPEFG

Com o objectivo de aprimorar o processo de elaboração do parecer sobre a conta de Gerência, o Serviço Provincial de Economia e Finanças de Gaza (SPEFG), promoveu, no âmbito da implementação do programa LoCAL - Climate Adaptive Living Facility, entre os dias 03 a 05 do corrente mês, uma capacitação no Município de Bilene, sobre a elaboração e emissão do referido parecer. A capacitação foi ministrada pela Inspeção Geral de Finanças (IGF) e contou com a participação de 46 técnicos dos Serviços Provinciais, Governos Distritais e Municípios da Província.

De acordo com a directora do SPEFG, Romana Baulane, a acção de capacitação contribuirá para o aumento da capacidade técnica na elaboração do parecer da Conta Gerência. Vão sair deste local, munidos de informação que vai ser útil no vosso dia-a-dia, façam réplica aos demais colegas que não conseguiram estar presentes nesta formação, apelou a dirigente.

Além disso, os participantes foram unânimes em afirmar que eventos desta natureza fortalecem a capacidade profissional de cada um deles no que diz respeito à orçamentação e execução transparente do Orçamento de Estado (OE).



FICHA TÉCNICA

Gabinete de Comunicação e Imagem DISP.REG°/GABINFO-DEC/2009

Director

Alfredo Mutombene

Edição e Desenho Gráfico

Emílio Fuel
Lucrécia Nhabomba
CINE Grupo

Redacção

Lucrécia Nhabomba
Luís Tobela
Felisberto Matsinhe

Revisão

Messias Sofrinho

Fotografia

Emílio Fuel
Jaime Guibango

Colaboradores

Domingos Chapungo (ISSM), Calima, Francisca e Maraneja (IGF), Francisco Chang (C. Maputo), Evinilde Fernanda (Provincia de Maputo), Euclides Matavata e Janeth Laice (CEDSIF), Fenias Zimba (AT), Paula Bila e A. Nhabanga (BVM), Benjamim Portugal e Ângela E. Santo (AdZ), Mateus Matine (MARF), Ussene Bay (Gaza), Naftal e Zandamela (Inhambane), Lifitério (Sofala), Bento Lulú (Manica), Zainuro Mussa (Zambézia), Gonçalo e Rocha (Tete), Benedito Sabonete (Nampula), Augusto Salvador e A. Mendonça (Cabo-Delgado), Benessone Bonomar (Niassa)

Av.10 de Novembro, Caixa Postal Nº 272
Tlf: +258 (21) 327494 Fax: +258 (21) 315067
Maputo - Moçambique Website: www.mef.gov.mz